

RETIRADA DA LAGUNA: mapeamento do patrimônio em Jardim (MS)

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

MELO, Danilo Souza

Doutor em Geografia, IFMS - JD
danilo.melo@ifms.edu.br

TORRES, Luana da Silva

Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, IFMS-JD
luana.torres@estudante.ifms.edu.br

RADAI, Rayane Sara Jara de Aquino

Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, IFMS-JD
rayane.radai@estudante.ifms.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico no Brasil tem sido marcada por contradições, disputas políticas e pela constante busca por uma ideia de modernidade, muitas vezes em detrimento da memória social. Segundo Cunha (1991), trata-se de um país “preocupado em ser moderno”, o que frequentemente resulta na desvalorização de seu próprio passado. Nessa perspectiva, as políticas de preservação historicamente privilegiaram bens associados às elites e ao poder institucional, construindo uma memória oficial seletiva. O patrimônio, nesse sentido, foi frequentemente utilizado como instrumento político, definindo o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido (Cunha, 1991, p.09).

A Retirada da Laguna é um dos momentos mais emblemáticos da Guerra do Paraguai (1864–1870). Este dramático movimento militar ocorrido em 1867 deixou marcas significativas na história de Mato Grosso do Sul, quando as tropas, lideradas pelo Coronel Carlos de Morais Camisão, se retiraram do combate no território paraguaio (Esselin; Fernandes, 2021) retornando ao Brasil por meio de rotas alternativas que atualmente fazem parte do município de Jardim (MS), dentre eles, o local no

qual parte das lideranças destas tropas foram enterradas, reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna em 2016 após um longo e controverso processo como analisou Peguin (2023).

Nesse contexto, Jardim (MS) configura-se como um município de relevância histórica, não apenas pelos vestígios materiais da guerra, mas também pela presença de memórias locais transmitidas oralmente. Entretanto, essas referências ainda são pouco reconhecidas e valorizadas, evidenciando falhas nas políticas de preservação e na integração entre memória, território e planejamento urbano. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “RETIRADA DA LAGUNA: mapeamento do patrimônio histórico cultural em Jardim” e discutir as nuances reconhecidas nas etapas iniciais deste estudo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa possui abordagem qualitativa e está sendo desenvolvida em três etapas, sendo elas, revisão bibliográfica, produção cartográfica e trabalho de campo.

Primeiramente, foram realizadas revisões bibliográficas sobre a temática do patrimônio histórico, memória e políticas de preservação. Em sequência, as pesquisadoras dedicaram-se a estudar o diário escrito por Alfredo d’Escragno Taunay, o Visconde de Taunay que acompanhou as tropas e que se tornou a principal referência sobre a Retirada da Laguna. A descrição diária do movimento das tropas subsidia a reconstrução cartográfica e a pesquisa sobre possíveis edificações ou marcas deixadas em Jardim (MS).

Posteriormente, a busca por dados secundários junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) contribuíram na pesquisa por indicar geograficamente marcos construídos pelo Exército Brasileiro em pontos da marcha da Retirada da Laguna. Com base nestas informações, foram elaborados mapas sintetizando o momento histórico junto às condições naturais que as tropas vivenciaram.

A partir da base cartográfica com a localização georreferenciada de parte dos locais onde os soldados marcharam por Jardim (MS), foi possível planejar o trabalho de campo em busca de novas informações. Desta forma, o trabalho de campo foi realizado em áreas rurais, especialmente em fazendas associadas à trajetória da Retirada da Laguna. Nessas visitas, buscou-se identificar e registrar possíveis vestígios históricos e compreender a relação entre o território e a memória local. As percepções iniciais deste trabalho foram discutidas e apresentadas neste artigo sob a perspectiva teórica da arquitetura e urbanismo, especialmente sobre o patrimônio histórico e a cidade.

3 RESULTADOS PARCIAIS

A preservação do patrimônio histórico está diretamente relacionada à construção da memória coletiva bem como ao fortalecimento da identidade social. Nesse sentido, o patrimônio não deve ser compreendido apenas como um conjunto de bens materiais, mas também como parte de um processo social amplo, que envolve experiências e práticas culturais. Paoli (1991, p. 25) aponta que o patrimônio deve evocar um “passado vivo, coletivamente significativo em sua diversidade”, reforçando assim seu papel na construção da cidadania.

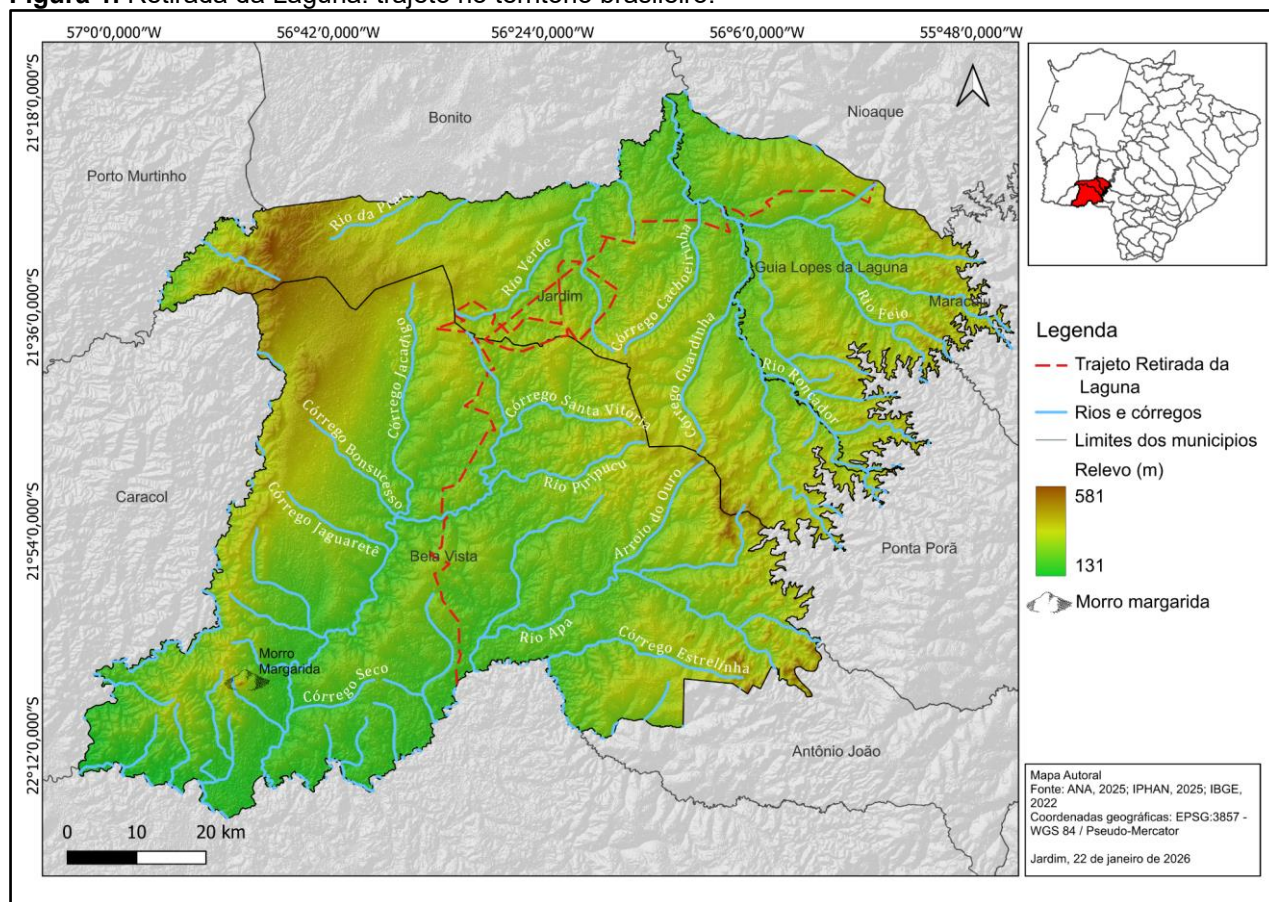
No entanto, no Brasil, as políticas de preservação foram durante muito tempo seletivas, valorizando apenas bens ligados às elites e ao poder público. Segundo Fenelon (1991, p. 30) “a predominância do patrimônio edificado é avassaladora” o que dificultou a participação da população e contribuiu para a falta de reconhecimento desses bens por parte da sociedade. Diante disso, torna-se necessário ampliar o entendimento de patrimônio, incorporando também as vivências e narrativas locais.

Nessa perspectiva, o percurso realizado pelas tropas brasileiras durante a Retirada da Laguna (1867) contribuiu no desenvolvimento de vilas e posteriormente em cidades como Jardim (MS). Cabe destacar que este movimento militar foi marcado por condições extremamente desfavoráveis, incluindo a escassez de alimentos, doenças e dificuldades de deslocamento em um território pouco conhecido. Conforme descrito por Alfredo d’Escagnolle Taunay, esse episódio foi caracterizado por intensas dificuldades físicas e logísticas enfrentadas pelos soldados ao longo do trajeto, evidenciadas, por exemplo, na precariedade da alimentação e nas condições sanitárias, “[...] os restos, as vísceras, o próprio couro, tudo era retalhado ali mesmo e logo devorado, mal assado ou cozido: repugnante comida, da qual não podia deixar de gerar-se alguma epidemia” (Taunay, 1871, p. 15).

As informações presentes no diário do Visconde de Taunay corroboram na compreensão das dificuldades presenciadas durante a Retirada da Laguna e representadas no mapa (figura 1). Nesta imagem verifica-se o trajeto percorrido, com início no território paraguaio, avançando em direção ao sul da antiga província de Mato Grosso, passando por diferentes pontos ao longo do percurso. No recorte analisado, destaca-se a passagem pelo Morro Margarida, localizado em Bela Vista (MS), que foi segundo Taunay “ponto de orientação” (1871, p. 119) até a chegada a fazenda Jardim que posteriormente foi a área de desenvolvimento do município de Jardim (MS), relacionando o trajeto histórico com a formação do núcleo urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Retirada da Laguna: trajeto no território brasileiro.



Fonte: Autoria própria, 2026.

Grande parte da Retirada da Laguna ocorreu nas áreas rurais dos municípios, onde estão consequentemente a maioria dos marcos construídos pelo Exército Brasileiro. Assim, as atividades de campo partiram da localização dos referidos marcos para que fosse possível explorar o perímetro do mesmo em busca de vestígios da guerra.

Durante a pesquisa de campo no município de Jardim (MS), foram localizados e identificados marcos (figura 2) utilizados como referência desta atividade exploratória. Esses marcos, além de funcionarem como referências espaciais do trajeto, também representam um esforço institucional de preservação da memória histórica, ainda que sua inserção no território não seja amplamente reconhecida pela população local.

É importante destacar que o registro e construção dos marcos representam a perspectiva do Exército Brasileiro sobre a temática. Isso levanta a hipótese de que outros locais possam ter sido descartados sob o viés militar.

Figura 2. Marco histórico identificado



Fonte: Autoria própria, 2026.

Os registros realizados incluem fotografias, anotações, contemplando informações sobre localização, características dos locais, presença de possíveis patrimônios e estado de conservação dos mesmos. Durante os trabalhos de campo, houve o contato informal com a população que vive nestas áreas, onde novas informações foram coletadas de maneira espontânea.

A partir de relatos de moradores da fazenda Capão Alto, onde se localizam os marcos históricos do Ribeiro do Prata e da travessia do Prata, foi levantada a hipótese da existência de uma tapera, termo utilizado para designar vestígios de antigas construções ou moradias abandonadas possivelmente utilizada como abrigo pelos combatentes. A identificação e localização desta ruína ainda está em curso, devido às informações locais indicarem que a mesma está dentro de uma reserva do bioma cerrado.

A identificação dessa possível estrutura reforça a importância da memória oral como ferramenta complementar na investigação histórica, evidenciando que nem todos os vestígios fazem parte da história oficial, mas ainda assim permanecem presentes na memória coletiva da população local.

3.1 Dificuldades

Verificou-se que parte dos pontos previamente indicados para estudo não foi identificada durante a atividade de campo. Essa ausência pode estar relacionada tanto a limitações nos registros disponíveis quanto a alterações na paisagem ao longo do tempo, como transformações no uso do solo e modificações ambientais que dificultam a localização precisa desses vestígios.

Além disso, durante a realização das atividades de campo, foram observadas dificuldades relacionadas ao acesso às áreas de estudo, especialmente por se tratarem de propriedades privadas. Em alguns casos, houve resistência por parte dos proprietários em autorizar a entrada nas fazendas para reconhecimento de possíveis patrimônios, o que pode estar associado ao receio de que a identificação de bens históricos implique em restrições de uso ou perda de autonomia sobre a propriedade.

Essa situação evidencia um dos desafios recorrentes nas políticas de preservação do patrimônio histórico no Brasil, em que interesses privados e questões econômicas frequentemente entram em conflito com a preservação da memória coletiva, deixando evidente a necessidade de maior diálogo entre pesquisadores, poder público e proprietários rurais, de modo a promover ações de preservação que considerem tanto o interesse coletivo quanto os direitos individuais.

Por fim, ressalta-se que os resultados apresentados correspondem a uma etapa preliminar da pesquisa, estando sujeitos a complementações e aprofundamentos nas fases seguintes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidencia que o município de Jardim (MS) possui significativa relevância histórica no contexto da Retirada da Laguna, apresentando vestígios materiais e imateriais que contribuem para a compreensão deste importante episódio da Guerra do Paraguai. A partir das atividades desenvolvidas, foi possível identificar marcos históricos ao longo do trajeto analisado, bem como reconhecer o papel fundamental da memória local na complementação das informações obtidas por meio de fontes institucionais.

Nesse sentido, destaca-se que a articulação entre registros oficiais, como os dados disponibilizados pelo IPHAN, e os saberes populares, expressos nos relatos dos moradores locais, possibilita uma leitura mais ampla e sensível do patrimônio histórico. Essa integração evidencia que a memória não se restringe aos elementos materiais, mas também se manifesta nas narrativas, experiências e interpretações construídas socialmente ao longo do tempo.

PENSAR FORA DO EIXO

Além disso, os resultados apontam que, embora exista reconhecimento institucional de alguns pontos relacionados à Retirada da Laguna, ainda há limitações quanto à visibilidade, ao acesso e à valorização desses bens. Essas dificuldades são reforçadas tanto pela localização dos vestígios em áreas rurais quanto pelas barreiras impostas por interesses privados, como observado na resistência de proprietários em permitir o acesso às áreas de estudo. Essa situação evidencia a necessidade de políticas públicas mais integradas, que conciliem a preservação do patrimônio com o diálogo junto à população local.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se à presença de possíveis vestígios ainda não reconhecidos oficialmente, como a hipótese da existência de uma tapera associada ao trajeto das tropas. Esse tipo de evidência reforça a importância do trabalho de campo e da escuta da população local como estratégias fundamentais para a ampliação do conhecimento sobre o patrimônio histórico.

As dificuldades descritas neste trabalho ressaltam a preocupante possibilidade de parte destes vestígios oficiais e não-oficiais estarem desaparecendo devido ao intenso uso do solo pela agricultura e pecuária, resultando na transformação da paisagem e desaparecimento do patrimônio. Dessa forma, o estudo contribui para o reconhecimento e valorização dos patrimônios culturais relacionados à Retirada da Laguna, reforçando sua importância para a construção da identidade local e para o desenvolvimento cultural do município de Jardim (MS).

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, destaca-se a necessidade de continuidade das investigações, especialmente no aprofundamento das análises, na validação das informações levantadas em campo e na ampliação do mapeamento dos vestígios históricos. Espera-se, assim, que os resultados futuros possam contribuir não apenas para o campo acadêmico, mas também para o fortalecimento das políticas de preservação e para a valorização da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria Clementina Pereira. patrimônio histórico e cidadania: Uma discussão necessária. *in*: Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

ESSELIN, Paulo Marcos; FERNANDES, Luiz Henrique Ferreira. Os cento e cinquenta anos da Retirada da Laguna. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 153, n. 3, p. 50–66, 2017.

FENELON, Déa Ribeiro. políticas culturais e patrimônio histórico. *in*: Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.



PENSAR FORA DO EIXO

PAOLI, Maria Célia. memória, história e cidadania: O direito ao passado. *in*: Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

PEGUIN, Renata Cordeiro. Cemitério dos heróis: conflitos entre o patrimônio cultural, apropriações e a educação patrimonial. 2023. Dissertação (**Mestrado em Estudos Culturais**) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5650>. Acesso em: 04 de abril de 2026.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.